

MÉTODO

40 PONTOS 2.0

Caderno de Lei Seca

Direito de Nacionalidade

cerSOAB

Direito Constitucional

Direito de Nacionalidade

● **Constituição Federal de 1988 – Capítulo III – Da Nacionalidade**

As principais regras sobre nacionalidade estão previstas na **Constituição Federal**, especificamente nos artigos 12 e 13.

● **Art. 12 – Regras de aquisição e perda de nacionalidade**

Art. 12. São brasileiros:

I – Natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II – Naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

§ 1º – Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

§ 2º – A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

§ 3º – São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I – de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II – de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III – de Presidente do Senado Federal;
- IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V – da carreira diplomática;

VI – de oficial das Forças Armadas;

VII – de Ministro de Estado da Defesa.

§ 4º – Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I – tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

II – adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:

a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;

b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

● **Art. 13 – Disposição sobre a língua oficial**

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

● **Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017)**

Essa lei regulamenta aspectos da nacionalidade brasileira, naturalização e residência de estrangeiros no Brasil, além de consolidar disposições de imigração.

● **Art. 25** – Disposições sobre a aquisição de nacionalidade por estrangeiros **Art. 25.** Poderá ser concedida a naturalização aos estrangeiros que preencham os seguintes requisitos: I – capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II – residência em território nacional, pelo prazo mínimo de quatro anos;

III – comunicação em língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando; e

IV – inexistência de condenação penal ou comprovação de reabilitação, nos termos da lei.

§ 1º – O prazo de residência exigido no inciso II deste artigo poderá ser reduzido se o naturalizando preencher alguma das seguintes condições: I – ter filho ou neto brasileiro;

II – ser originário de país de língua portuguesa;

III – haver prestado ou poder prestar serviço relevante ao Brasil; ou

IV – recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística.